



## A EJA sob uma lente sócio-histórica: desafios e perspectivas

*Youth and Adult Education under a socio-historical lens: challenges and perspectives*

 Denise Amaral Batista<sup>1</sup>  José Roberto Gomes Rodrigues<sup>2</sup>  Michele Batista das Neves<sup>3</sup>

 Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Recebido: 12 jan. 2024

Aprovado: 24 fev. 2025

Editoras: Adriana Aparecida de Lima Terçarior e Patrícia Aparecida Biotto

Processo de Avaliação: Double Blind Review

### Notas dos autores

Conflito de interesses: Os autores não declararam quaisquer conflito de interesses potenciais.

Autor correspondente: Denise Amaral Batista

[deniseamaralbatista@gmail.com](mailto:deniseamaralbatista@gmail.com)

### Para citar este artigo

(ABNT NBR 6023:2018)

BATISTA, Denise Amaral; RODRIGUES, José Roberto Gomes; NEVES, Michele Batista. A EJA sob uma lente sócio-histórica: desafios e perspectivas. *Dialogia*, São Paulo, n. 52, p. 1-14, e25850, jan./abr. 2025. <https://doi.org/10.5585/52.2025.25850>

**Resumo:** Este artigo examina a Educação de Jovens e Adultos (EJA), e como mudanças nas políticas e na sociedade moldaram a EJA ao longo do tempo até a chegada da EJA-EaD em Juazeiro-BA. Opera-se com uma análise relacional e sócio-histórica na tentativa de apreender as dinâmicas de poder nessa modalidade de educação e ensino. Destaca-se a importância da compreensão da EJA, visto que sua evolução está entrelaçada com transformações sociais, políticas e econômicas. O estudo parte de fontes bibliográficas e documentos sobre a EJA no Brasil e na cidade de Juazeiro-BA. Utiliza-se de uma abordagem interpretativa das conexões e dos temas recorrentes relacionados à história da EJA, e as influências das políticas educacionais e sociais. O objetivo é lançar luz sobre os desafios enfrentados pela EJA, destacar a importância das abordagens sócio-históricas. Conclui-se com uma análise sobre os desafios atuais e a importância dessas abordagens nessa forma de escolarização especificamente.

**Palavras chave:** educação de jovens e adultos; história da educação; política educacional.

**Abstract:** This article examines Youth and Adult Education (EJA) and how changes in policies and society have shaped EJA over time up to the advent of EJA-EaD in Juazeiro-BA. It operates with a relational and socio-historical analysis in an attempt to grasp the dynamics of power in this mode of education and teaching. The importance of understanding EJA is highlighted, given that its evolution is intertwined with social, political, and economic transformations. The study is based on bibliographic sources and documents about EJA in Brazil and the city of Juazeiro-BA. An interpretative approach is used to analyze the connections and recurring themes related to the history of EJA and the influences of educational and social policies. The aim is to shed light on the challenges faced by EJA and emphasize the importance of socio-historical approaches. The article concludes with an analysis of the current challenges and the importance of these approaches in this specific form of schooling.

**Keywords:** youth and adult education; history of education; educational policy.

<sup>1</sup> Mestranda em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos. <http://lattes.cnpq.br/9528645354363834> - [deniseamaralbatista@gmail.com](mailto:deniseamaralbatista@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Educação. <http://lattes.cnpq.br/2469285762210444> - [jrodrigues@uneb.br](mailto:jrodrigues@uneb.br)

<sup>3</sup> Mestranda em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos. <http://lattes.cnpq.br/7571039084393076> - [michele.neves@juazeiro.ba.gov.br](mailto:michele.neves@juazeiro.ba.gov.br)

## Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social e no apoio à educação de cidadãos desassistidos em sua formação, ao longo da vida. Nas últimas décadas, a EJA tem enfrentado desafios significativos e passou por transformações substanciais, muitas das quais foram influenciadas por mudanças nas políticas educacionais e sociais. A compreensão desse processo e de suas implicações é essencial para aprimorar continuamente essa modalidade educacional ou forma de escolarização, como poderíamos designá-la.

Em um mundo em constante evolução, na qual a aprendizagem ao longo da vida é primordial para o desenvolvimento pessoal e profissional, a EJA desempenha um papel vital na promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Assim sendo, exploramos aqui, essa temática, ao destacar sua evolução histórica em respostas às mudanças nas políticas e na sociedade. Nossa reflexão se inicia com uma análise desta modalidade e como ela passou de um sistema educacional restrito a um direito básico à educação. Ademais, propomos uma perspectiva relacional e sócio-histórica, com destaque às complexas dinâmicas de poder que envolvem a EJA, especialmente na modalidade de Educação a Distância (EaD). Dentre os objetivos, procuramos lançar luz sobre os desafios atuais enfrentados pela EJA e, ao mesmo tempo, destacar a importância das abordagens sócio-históricas, para essa compreensão.

À medida que exploramos a evolução e os desafios da EJA, esperamos contribuir para o enriquecimento das práticas educacionais e o fortalecimento da educação acessível para todos os cidadãos. Portanto, este artigo esboça uma tentativa de examinar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, ao destacar sua evolução histórica em contextos de mudanças nas políticas e na sociedade que a moldaram especialmente no formato em EaD na cidade de Juazeiro-BA.

Ao longo do artigo, foram discutidas implicações práticas da EJA, como desafios de acessibilidade, em termos educacionais e tecnológicos, e, dessa maneira, abordamos, também, a implementação da EJA-EaD em Juazeiro-BA. Refletimos sobre decisões políticas e administrativas, considerando que as mesmas têm moldado a educação de adultos e o acesso à aprendizagem ao longo da vida. Concluímos, ao final do artigo, ressaltando a importância de estudos acerca das abordagens sócio-históricas em uma análise crítica e relacional dos processos e das formas de escolarização na relação com a EJA-EaD.

## 1 A EJA-EaD numa perspectiva sócio-histórica e relacional

A compreensão do sistema de ensino como uma construção histórica e social, é influenciada por diversos atores e contextos. Ao tentar compreendê-lo como um elemento central na configuração da educação, torna-se possível refletir sobre as implicações das estruturas nas quais estão inseridos as políticas educacionais, as regulamentações, os currículos, a formação docente e o acesso à educação de qualidade.

As relações que envolvem o sistema de ensino, percebendo a educação como um espaço de disputas, podem ser observadas por autores como Chervel (1990, p. 190-191) quando o mesmo discute o modo como os diferentes grupos na sociedade, incluindo católicos, liberais e outros, que sempre estiveram envolvidos em disputas em torno do sistema de ensino no século XIX e tinham visões distintas sobre como o ensino deveria ser estruturado, quais disciplinas deveriam ser ensinadas e quem deveria ter acesso a diferentes níveis de instrução.

Essas lutas, no seio dos processos de escolarização, no mais das vezes refletiam não apenas concepções de educação, mas interesses políticos, sociais e culturais mais amplos, os quais podem ser observados, nas análises acerca dos processos de escolarização, enquanto subsídios teóricos fundamentais para compreender a dinâmica do sistema de ensino e suas implicações no contexto histórico educacional. O que, de todo modo, nos remete para as questões que envolvem o currículo e, além disso, para as finalidades e os objetivos da educação sistematizada, formal e dos sistemas de ensino, ou seja, envolvendo finalidades políticas dentre outras, assim como as finalidades religiosas.

Em um mundo em constante evolução, no qual o aprendizado e a escolarização são essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional, a EJA se tornou um componente indispensável do sistema educacional, apesar dos desafios e das transformações sofridas ao longo da história da sociedade ocidental, as quais são provenientes de diferentes períodos e movimentos educacionais. Convém destacar que já a partir do período medieval, a educação fortemente ligada à religião, essas mesmas instituições religiosas que cumprem também a função educacional, desempenham papel importante nesse processo, e, cuja finalidade é central na formação de clérigos e religiosos.

Mais adiante, com o Renascimento, houve um ressurgimento do interesse pela educação em geral para além dos ensinamentos religiosos e da fé, nesse processo histórico, abrindo possibilidades para ideias humanistas retomando aspectos da antiguidade clássica nos processos de educação em geral. No entanto, partindo de uma análise global, as instituições educacionais ainda eram acessadas majoritariamente pela população que tem origem nas elites cultas. Por outro lado, o Iluminismo, em finais do século XVIII, trouxe consigo ideias de educação universal e

acesso à educação para todos, embora, tenhamos que considerar que a implantação de ideias desse porte levasse algum tempo (Saviani, 2004, p. 121-130). Dessa maneira, adentrando-se no século XIX, muitos países começaram a estabelecer sistemas de educação pública, mas, os adultos, sem acesso aos processos de escolarização, eram, de fato, se não excluídas totalmente, quase alijadas das demandas políticas e sociais, de modo que as iniciativas formais em torno desses sistemas, por parte dos governos tenham sido bastante restritas, e, ainda, assaz insuficientes.

Efetivamente, no Brasil,

Com a desorganização do sistema de ensino produzido pela expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, somente no Império voltaremos a encontrar informações sobre ações educativas no campo da educação de adultos. No campo dos direitos legais, a primeira Constituição brasileira, de 1824, firmou, sob forte influência européia, a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, portanto também para os adultos. (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 109).

Porém, foi apenas no século XX que os movimentos de educação de adultos ganharam força, com esforços significativos para combater o analfabetismo, promover a educação popular e reconhecer legalmente a importância da EJA. Gradualmente, a EJA foi integrada aos sistemas educacionais formais, permitindo que adultos obtivessem certificados e diplomas reconhecidos. De modo que,

Já a partir da década de 1920, o movimento de educadores e da população em prol da ampliação do número de escolas e da melhoria de sua qualidade começou a estabelecer condições favoráveis à implementação de políticas públicas para a educação de jovens e adultos. (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 110).

Sampaio (2009), Haddad e Di Pierro (2000) analisam um contexto histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos no século XX, no qual o Brasil passou por uma evolução significativa, moldada por uma série de eventos e políticas educacionais. Na década de 1930, a crescente necessidade de mão de obra qualificada nas indústrias levou o Estado a investir na formação da classe trabalhadora, o que resultou na criação de leis que buscavam expandir o sistema de ensino e introduzir o primário supletivo para adolescentes e adultos. Posteriormente,

O movimento em favor da educação de adultos, que nasceu em 1947 com a coordenação do Serviço de Educação de Adultos e se estendeu até fins da década de 1950, denominou-se Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA. Sua influência foi significativa, principalmente por criar uma infra-estrutura (sic) nos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos, posteriormente preservada pelas administrações locais. (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 111).

Nas décadas de 1950 e 1960 emergiram movimentos sociais de cultura e educação popular acompanhados por iniciativas de alfabetização de adultos e um desejo crescente por uma educação

de melhor qualidade. Contudo, o regime ditatorial, implantado a partir de 1964, trouxe mudanças drásticas, substituindo abordagens progressistas por campanhas de alfabetização mais conservadoras e ineficazes. Embora tenhamos que considerar que a década de 1970 tenha sido marcada pela inclusão da EJA em leis federais de educação, devido, na verdade, a muitos movimentos de pressão popular por escola pública, incluindo a educação de adultos, e, portanto, em decorrência das pressões que já vinham ocorrendo décadas anteriores. Foi o que proporcionou a emergência de campanhas como a do MOBREAL, dentre outros programas, como o denominado Ensino Supletivo.

A atuação do MOBREAL inicialmente foi dividida em dois programas: o Programa de Alfabetização, implantado em 1970, e o PEI – Programa de Educação Integrada, correspondendo a uma versão compactada do curso de 1a a 4a séries do antigo primário, que se seguiriam ao curso de alfabetização. Posteriormente, uma série de outros programas... (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 115).

Mais adiante, a Constituição de 1988 estabeleceu o direito à educação básica para jovens e adultos como um dever do Estado. Desde então, o Brasil tem enfrentado desafios persistentes, como o analfabetismo funcional, porém, implementou em várias ocasiões programas e parcerias institucionais para melhorar a alfabetização e a educação de adultos. Assim, considerando que a modalidade da EJA varia de acordo com o contexto educacional, cultural, político e socioeconômico de cada localidade, país e região, podemos observar que programas diversos podem ser implantados de várias maneiras e depende dos objetivos educacionais e das demandas de cada local. Observa-se que, dessa modalidade, surgem abordagens que se apresentam como formas de escolarização e de educação contínua, ao permitir que adultos aprimorem suas habilidades e conhecimentos ao longo da vida. Isso pode incluir cursos profissionalizantes, treinamento técnico e educação superior para adultos que desejam aprimorar suas carreiras.

Também podemos considerar a educação à distância no formato de EJA-EaD como uma dessas abordagens, de modo que a mesma tem se tornado cada vez mais necessária. Como aconteceu no período da pandemia, de 2020 a 2022, não só na modalidade de educação EJA, mas também para outras formas de ensino que necessitaram se adaptar a novas formas de se ensinar, novas modalidades de ensino e aprendizagem, bem como novos modelos que tiveram que acompanhar, também, o desenvolvimento tecnológico. Isso se deu notadamente após a intensificação do período pandêmico.

Diante de tudo isso, cabe analisar esses processos e aspectos que vêm se desenvolvendo com essa forma de escolarização. De acordo com os princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), título II Art.3º princípio I que diz, “igualdade de condições para o

acesso e permanência na escola” (LDB, 1996), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode ser interpretada como uma modalidade de ensino flexível e adaptável aos diferentes contextos educacionais, cada uma projetada para atender às necessidades específicas dos alunos adultos, levando em consideração fatores culturais, sociais e econômicos locais.

A educação à distância no formato de EJA-EaD, como qualquer outra forma de escolarização complexa, pode sofrer influências por diversos fatores os quais também podem ser compreendidos sob a lente de uma perspectiva teórica relacional e sócio-histórica. Como afirma Rodrigues (2018, p. 50-51), há diferentes terminologias possíveis de serem usadas para se referir a uma diversidade de formas de escolarização, como ensino médio, segundo grau, ensino colegial, ensino secundário, ensino ginásial, pós-primário, Educação de Jovens e Adultos, dentre outras. Nessa perspectiva, Rodrigues (2018) argumenta que tais denominações não são apenas termos que designam as mesmas coisas, mas, são verdadeiras formas de escolarização, que podem revelar percepções mais profundas quando estudadas sob essa ótica. Isso fica mais claro na medida em que pode ser utilizada a partir de uma lente analítica de compreensão das relações de poder, bem como das desigualdades sociais e das estruturas que permeiam o campo da EJA-EaD, nesse caso específico.

A perspectiva relacional e sócio-histórica, de inspiração em Pierre Bourdieu (1989, p. 28), compreende “as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – um espaço de lutas e confrontos entre os diferentes grupos e indivíduos”, ou seja, espaços de lutas e confrontos entre diferentes grupos e indivíduos que possuem diferentes quantidades de capital (recursos materiais e/ou simbólicos) e que lhes permitem participar das lutas nas relações de poder. Relações essas que se imbricam no espaço social e em todo o contexto histórico que envolve a existência da EJA, enquanto campo educacional, em análise.

Entender as mudanças no contexto social e histórico é fundamental para evitar as armadilhas da visão fixa e essencialista da sociedade. Muitos fatores, incluindo a influência de uma cultura dominante, frequentemente promovem uma visão simplificada e substancialista do mundo, visando a manutenção da estabilidade social e a facilitação do entendimento comum. Tal perspectiva substancialista, diferentemente da relacional, pode moldar nossa percepção da realidade, levando-nos a explicar o comportamento humano e as relações sociais de maneira linear, como se houvesse uma causa única e direta para todos os acontecimentos na sociedade.

Diante disso, o entendimento é o de que ser "substancialista" é acreditar que existem características imutáveis que determinam o comportamento humano e as relações sociais como algo simples. Ora, o mundo social é intrinsecamente complexo, moldado por uma variedade de

forças e dinâmicas, incluindo estruturas de poder, cultura, história e economia. Portanto, uma abordagem mais realista deve ser levada em conta nessa intrincada complexidade. As relações de poder estão imbricadas por todas essas relações complexas, como por exemplo, a decisão de oferecer a EJA-EaD em Juazeiro-BA, que é uma decisão política, influenciada por diversos fatores, envolvendo líderes tanto na esfera municipal, como estadual e federal. Isso reflete uma relação, onde as autoridades têm o poder de decidir como a educação é oferecida.

Por outro lado, a implementação da EJA-EaD requer recursos financeiros significativos, como a aquisição de equipamentos, desenvolvimento de conteúdos e treinamento de professores. A escolha das tecnologias educacionais utilizadas, as decisões sobre a infraestrutura tecnológica, plataformas de ensino e acesso à internet, também, podem afetar diretamente a qualidade e a acessibilidade do ensino. As instituições e especialistas que desenvolvem o currículo, materiais didáticos e métodos de ensino detêm o poder sobre o conteúdo e a estrutura do programa, o que de todo modo tem influenciado o quê e o como os alunos aprendem. Sendo assim, é preciso que se levem em consideração,

Currículos que os capacitem para o que esses jovens-adultos lutam, para terem mais opções nessas formas de trabalho e para se emanciparem da instabilidade e da exploração a que a sociedade os condena. Conhecimentos e capacidades que os fortaleçam como objetivos, que os tornem menos segregados nas relações de poder, que os fortaleçam em suas lutas por emancipação. (Arroyo, 2017, p.59).

Portanto, a acessibilidade torna-se uma questão crucial na EJA EaD. Aqueles que têm maior acesso à tecnologia e recursos podem estar em uma posição de poder em relação aos que têm menos acesso. Os alunos também podem exercer seu poder ao decidir participar ou não do programa. Se sentirem que o programa não atende às suas necessidades, poderiam optar por não participar, o que influencia a eficácia do programa.

Ao analisar a Instrução Normativa N°2/2022, que "Dispõe sobre os procedimentos de implantação da Avaliação Progressiva e Exame de Certificação para os estudantes matriculados na Modalidade EJA EaD – Etapas IV e V" (Juazeiro, Instrução Normativa 02/2022), observa-se que a mesma é justificada a partir da Lei n.º. 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 38, parágrafos 1º e 2º, na Resolução N° 1, de 28 de maio de 2021, no Art. 1º que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), como também, no Plano Municipal de Educação 2015-2025, aprovada pela Lei N° 2.541/2015 em relação às Metas 8, 9 e 10. Constata-se, pois, que se trata de uma proposta bastante significativa, por possibilitar aos alunos que não tiveram a oportunidade de estudar ou continuar seus estudos.

Entretanto, algumas reflexões são de suma importância em termos de formato de educação ou forma de escolarização, considerando a EJA-EaD, um dos poucos se não o único meio disponível para esses estudantes que não podem ir à escola durante a semana, podendo contribuir e proporcionar uma aprendizagem crítica e reflexiva, conforme o contexto social e histórico.

Outra reflexão surge acerca da forma de avaliação aplicada a esse grupo, por meio de exame de certificação, conforme o Art. 6, Inciso III, parágrafo 1, da referida Instrução Normativa, quando afirma que a

Avaliação Diagnóstica, em conformidade com o Art. 9º da LDB<sup>3</sup>, será aplicada no início do Curso da EJA EaD, para fornecimento de dados que permitem verificar diretamente o nível de aprendizagem dos estudantes, principalmente dos que não apresentarem documentação de escolarização comprovatória oficial e reconhecida pela SEDUC; (Juazeiro, Instrução Normativa 02/2022).

Dúvidas emergem acerca da avaliação, notadamente a respeito de como a mesma será realizada. E, isso vem à tona quando consideramos que uma avaliação diagnóstica realizada com provas e testes, pode não trazer o conhecimento que os alunos realmente sabem sobre o assunto. O texto da referida Instrução Normativa, também, apresenta uma nota de rodapé, sob o número 3, para se referir à conformidade da mesma com a LDB, sendo que no texto da Lei não se menciona avaliação diagnóstica, porém, encontra-se essa orientação no artigo 38, mas, sem detalhar a forma como a avaliação deve ser realizada.

De qualquer maneira, convém destacar uma observação em relação ao Art. 7, parágrafos I e II os quais informam que:

A EJA desenvolvida por meio da EaD, será ofertada apenas para os Anos Finais do Ensino Fundamental 4, com as seguintes características: I - a oferta de videoaulas transmitidas por meio da TV Escola Juazeiro; II - disponibilização da Plataforma Escola Presente e/ou Canal do YouTube aos estudantes, para acesso às videoaulas e/ou materiais didáticos; (Juazeiro, Instrução Normativa 02/2022).

Observa-se, pois, que a modalidade EJA-EaD será ofertada apenas para os anos finais do Ensino Fundamental. E o motivo parece ter sido em decorrência do fato de se prever que os alunos das etapas anteriores tenham alcançado o objetivo da leitura e da escrita, pois seria preciso que soubessem ler e escrever para acessar o conteúdo online. Contudo, essa previsão se torna questionável, pois uma reflexão sobre o processo de alfabetização de uma aluna da EJA, em 2018, após uma observação sistemática, e cabe aqui dizer, na modalidade presencial, a mesma aluna desiste de estudar por não ter aprendido a ler e escrever, em quatro anos de estudos, (BATISTA, MARTINS, 2022, p. 69). A referida aluna, que teria passado esse período escolar de forma presencial não é alfabetizada, de maneira que não haveria como continuar seus estudos de forma



presencial, e nem na modalidade EaD. Portanto, há que se questionar: seria a mesma prejudicada, com sua exclusão, do sistema educacional?

De qualquer maneira, consideramos aqui que as propostas educacionais requerem fundamentos do conhecimento da história, pois no contexto histórico em que as políticas educacionais surgem desempenha um papel crítico na sua compreensão. Isso inclui considerar fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que moldaram as práticas educativas ao longo dos anos.

A EJA não é estática, enquanto fenômeno educacional, uma vez que a sua abordagem, os seus objetivos e a sua dinâmica mudam ao longo do tempo, de maneira que, compreender essas mudanças permite que os educadores e formuladores de políticas se adaptem melhor às necessidades sociais dessa forma de escolarização. Compreendendo assim, estariam atendendo a um público com características e necessidades específicas, muitas vezes marcadas por trajetórias de vida distintas. Muitos desses estudantes até podem precisar de apoio pedagógico adicional, e isso inclui não só a tutoria docente, mas também a interação entre os estudantes, e outros materiais de apoios adaptados à necessidade do aluno, devido a lacunas em sua educação anterior.

Dessa forma, essa análise da proposta da EJA-EaD, a qual é oferecida pelo município de Juazeiro-BA, torna-se significativa ao vislumbrar que a política municipal desenvolve uma tentativa de atender às diversas necessidades desse público, e, nesse caso, insere-se num contexto mais amplo, ao destacar a importância de considerar não apenas os aspectos teóricos e históricos da EJA, mas também as implicações práticas das políticas e das estratégias implantadas.

Enfim, uma abordagem crítica nos permite examinar de perto o potencial impacto dessas políticas sobre os estudantes envolvidos na EJA, em particular aqueles que enfrentam desafios substanciais, como a busca por alfabetização em idade avançada. As análises dessas propostas nos proporcionam uma compreensão mais profunda de como as decisões políticas e administrativas podem exercer influências sobre a educação de adultos e sobre o acesso contínuo à aprendizagem ao longo de suas vidas.

## 2 Uma análise crítica e relacional da EJA-EaD

Portanto, este estudo é desenvolvido por meio de uma análise crítica, com fontes bibliográficas e documentos, acerca da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e na cidade de Juazeiro no Estado da Bahia. A análise em uma perspectiva relacional permite explorar em profundidade as complexas questões históricas e sociais relacionadas à EJA. Para operar com essa perspectiva, foram consultadas diversas fontes documentais e bibliográficas, incluindo livros,

artigos acadêmicos, documentos oficiais, relacionados à história da EJA, políticas educacionais, e práticas pedagógicas.

Ademais, foram analisados diversos documentos oficiais, como leis, resoluções, normas técnicas, como Instruções Normativas, dentre outras, que normatizaram e moldaram a EJA nos contextos brasileiros e em especial na cidade de Juazeiro-BA. Os procedimentos de análises atenderam a um processo sistemático de organização das informações obtidas nas respectivas fontes consultadas. Utilizou-se uma abordagem interpretativa para identificar conexões e temas recorrentes relacionados à evolução histórica da EJA e às influências das políticas educacionais e sociais.

De qualquer maneira, cabe situar o presente artigo nas suas limitações analíticas, dado a sua própria natureza, reconhecendo e considerando de todo modo, que outros estudos podem ser realizados nessa perspectiva para maiores aprofundamentos, principalmente quanto ao tema aqui abordado e à abrangência da EJA-EaD do ponto de vista histórico, como também, o aspecto específico em âmbito local do sistema educacional no município de Juazeiro-BA. Por isso a recorrência em relação às fontes documentais disponíveis publicamente, do sistema municipal de ensino, o que pode requerer maior aprofundamento quanto à análise em alguns aspectos. Exploramos aqui alguns aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e desenvolvemos uma profícua tentativa de operar com uma perspectiva relacional e sócio-histórica enquanto quadro teórico, para entender as dinâmicas de poder no interior dessa forma de escolarização denominada de EJA.

O contexto histórico desempenha um papel crítico na compreensão da EJA, uma vez que a trajetória dessa forma de escolarização está intrinsecamente ligada às transformações sociais, políticas e econômicas que moldaram a educação brasileira. Identificamos parte da história da EJA, remotamente aos diferentes períodos e movimentos educacionais. Desde tempos históricos mais remotos até os movimentos de educação de adultos no século XX, a EJA passou por várias fases, refletindo as mudanças na sociedade e nas políticas públicas.

No entanto, o acesso e a qualidade da EJA ainda são desafios a serem enfrentados na busca de resultados significativos, especialmente para adultos com defasagens e lacunas herdadas da sua educação anterior, como a alfabetização tardia. O contexto histórico não apenas moldou a evolução dessa modalidade de ensino, mas também influenciou a dinâmica do poder no campo da educação. A implementação da EJA, incluindo a modalidade EaD, é uma decisão política complexa que envolve vários atores.

Sendo assim, é preciso compreender a “política escolar” enquanto fator importante, notadamente quando se opera com uma “visão de conjunto”, (Chapoulie, Briand, 1994, p. 24), que

influencia e molda o sistema educacional em um determinado contexto. Portanto, o desenvolvimento dessa forma de escolarização da EJA e da EJA-EAD, proporciona ao campo educacional um salutar acréscimo de oportunidade, configurando como de extrema importância ao se analisar as políticas educacionais e escolares no sistema público de ensino. Políticas essas se apresentando como iniciativas bastante positivas, e, de modo que, se vislumbra com muita eficácia.

Nesse sentido, Arroyo (2010), ao abordar as políticas educacionais no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ressalta a necessidade de compreendê-las dentro de seu contexto histórico e social mais amplo. Evidencia que o foco exclusivo nos aspectos internos das escolas, como recursos disponíveis e infraestrutura, sem considerar os determinantes que operam em todo o sistema educacional, resultariam em uma visão empobrecida das políticas educacionais.

Ao negligenciar as relações entre educação e sociedade, uma abordagem limitada ao imediatismo e sem considerar a historicidade dos aspectos internos e externos ao campo educacional e social, reduz a eficácia da gestão de políticas, impedindo uma compreensão mais profunda das causas subjacentes às desigualdades educacionais. Esse "fechamento conservador do foco no intraescolar, ignorando as relações educação-sociedade, está levando a gestão de políticas, sua formulação, avaliação e análise a um empobrecimento lamentável" (Arroyo, 2010, p. 1384).

Além disso, o autor ressalta também, que pesquisas que apontam causas mais determinantes, incluindo aquelas, relacionadas ao sistema educacional como um todo, muitas vezes são desconsideradas, assim como as análises que destacam o papel histórico do próprio sistema. (Arroyo, 2010, p.1384). Essa reflexão de Arroyo (2010) sublinha e corrobora a importância de uma análise crítica e abrangente no contexto das políticas educacionais, ressaltando a necessidade de considerar não apenas os aspectos internos das escolas, mas também as dinâmicas mais amplas que influenciam a educação e a sociedade como um todo.

Entretanto, uma perspectiva crítica e sócio-histórica oferece percepções valiosas para a análise das políticas educacionais na modalidade de EJA-EaD em Juazeiro. Ao considerar as complexas relações de poder subjacentes à implementação dessas políticas, podemos compreender melhor as origens das desigualdades educacionais, identificar padrões históricos de exclusão e discriminação, e contextualizar as políticas atuais dentro de um *continuum* histórico. Assim, essa abordagem não apenas permite uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pela EJA-EaD, mas também sugere caminhos para mitigar esses desafios, considerando a complexidade de suas origens e suas interconexões com fatores sociais, econômicos e políticos.

A análise da proposta da EJA-EaD, em Juazeiro-BA, ilustra como as decisões políticas e administrativas podem afetar a educação de adultos e a acessibilidade à aprendizagem ao longo da vida, desse público específico dos jovens e adultos. Enfatiza os desafios atuais, como a necessidade

de estratégias de apoio pedagógico, materiais adaptados e a consideração das lacunas e defasagens de aprendizado dos alunos adultos. Assim, é possível constatar que a EJA é uma forma de escolarização e modalidade educacional complexa que continua a evoluir, e as abordagens sócio-históricas podem contribuir sobremaneira para a sua compreensão, bem como para sua melhoria contínua, trazendo à baila lições valiosas sobre como enfrentar os desafios da educação de jovens e adultos na sociedade brasileira.

### Considerações finais

O presente estudo lança luz sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com destaque para os aspectos das transformações históricas dessa modalidade educacional que surgiu como um componente compensatório indispensável do sistema educacional no Brasil. Observa-se que o mesmo foi evoluindo para um direito básico à educação ao longo do século XX, no entanto, a análise revela ainda que, no século XXI, enfrentamos desafios significativos por uma EJA verdadeiramente inclusiva e de qualidade.

O acesso e a qualidade dessa forma de escolarização continuam sendo questões cruciais, especialmente para adultos que ainda ingressam com muitas defasagens e lacunas deixadas em suas aprendizagens, pela educação anterior. É importante destacar que a modalidade EJA a distância (EJA-EaD) se tornou uma necessidade urgente, especialmente durante o período da pandemia, demonstrando a importância da flexibilidade e da adaptação às novas realidades.

Por outro lado, ao operar com a perspectiva relacional e sócio-histórica, ventilamos aqui a possibilidade de enfatizar as complexas relações de poder que permeiam o campo da EJA. Torna-se claro, com isso, que a implementação de programas, a exemplo da EJA-EaD envolve uma série de atores: desde líderes políticos até instituições de ensino e especialistas em educação, que influenciam a dinâmica do campo educacional, e, especialmente, nessa forma de escolarização.

Por fim, observa-se que, para enfrentar os desafios atuais e futuros da EJA, é de fundamental importância adotar abordagens que considerem os diversos aspectos das políticas educacionais e escolares em suas raízes, para compreender melhores estratégias de apoio pedagógico, de escolha de materiais adaptados, bem como quanto à atenção às necessidades dos alunos adultos. Isto é, de políticas educacionais inclusivas que abordem disparidades sociais e promovam a igualdade, pois essas são cruciais, e a EJA é de extrema importância para a inclusão social e uma educação para o verdadeiro exercício da cidadania na sociedade brasileira. Compreendê-la, do ponto de vista sócio-histórico, é fundamental para orientar políticas e práticas educacionais que atendam às necessidades dos adultos em busca de aprendizagem e desenvolvimento em sua formação geral e intelectual.

## Referências

ARROYO, M. *Passageiros da Noite do Trabalho para a EJA*: Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Ed. VOZES, 2017, p. 288.

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade*, v. 31, p. 1381-1416, 2010. Disponível em: [SciELO - Brasil - Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados](#) Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados . Acesso em 02, maio.2024.

BATISTA, Denise A.; MARTINS, Josemar. *Reflexões acerca da Alfabetização e Letramento para Alunos da EJA*. In: Encarando o Bicho Papão: experimentos vividos em letramento e alfabetização. Curitiba: CRV, 2022.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Memória e Sociedade. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Ed Difel, 1989.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acesso em: 27, nov. 2023.

BRASIL, Resolução Nº1, de 28 de maio de 2021. Que institui; Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível online em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=191091-rceb001-21&category\\_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191091-rceb001-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192). Acesso em:27, nov. 2023.

CHAPOULIE, Jean-Michel; BRIAND, Jean-Pierre. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto. *Educação & Sociedade*, n. 47, p. 11-60, 1994. Disponível online em: <https://pt.scribd.com/document/346832455/CHAPOULIE-Jean-BRIAND-Jean-A-instituicao-escolar-e-a-escolarizacao-pdf> . Acesso em: 06, maio. 2024.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: *Teoria e Educação*, Porto Alegre: Pannonica, n. 2, p. 177-229, 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod\\_folder/content/0/Chervel.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod_folder/content/0/Chervel.pdf). Acesso em: 27, nov.2023.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. *Revista de Educação*. maio/jun/jul/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 27, nov.2023.

JUAZEIRO, Instrução Normativa, Nº2 de 2022. Dispõe sobre os procedimentos de implantação da Avaliação Progressiva e Exame de Certificação para os estudantes matriculados na Modalidade EJA EaD – Etapas IV e V. Disponível em: <https://doem.org.br/ba/juazeiro/diarios/previsualizar/WNxp7JNr> . Acesso em: 28, nov.2023.

RODRIGUES, José Roberto Gomes. *Ensino Médio na Bahia e o Ginásio Ruy Barbosa: análise sócio-histórica da criação e consolidação de uma instituição escolar*. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2018.

SAMPAIO, M. N. Educação de Jovens e Adultos: uma história de complexidade e tensões. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, p. 13-27, 2009. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/600> . Acesso em: 8 set. 2023.

SAVIANI, Dermeval. *Educação e colonização: As ideias pedagógicas no Brasil*. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, vol. 1. Séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004. p. 121-130.